COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS

Bruxelas, 30.09.2009
COM(2009) 495/3

COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO

A União Europeia e a América Latina: uma parceria entre protagonistas globais

{SEC(2009) 1227}

A União Europeia e a América Latina: uma parceria entre protagonistas globais

1. INTRODUÇÃO

A Parceria Estratégica entre a União Europeia (UE) e os países da América Latina e das Caraíbas (ALC)[1] foi fundada no Rio de Janeiro em 1999. Nos últimos anos, registaram-se muitas alterações na Europa, na América Latina e a nível mundial, criando novos desafios e novas oportunidades.

A Comunicação faz um balanço da Parceria Estratégica no que diz respeito à América Latina e avalia os resultados da estratégia da Comissão para a América Latina, delineada na sua Comunicação de 2005: «Uma parceria reforçada entre a União Europeia e a América Latina»[2]. Na última década, as duas regiões têm cooperado no âmbito de uma agenda conjunta numa série de fóruns bi-regionais, bilaterais, multilaterais e sectoriais relativos a uma grande variedade de temas. Actualmente, a UE é o segundo maior parceiro comercial da América Latina e o maior investidor na região. Nos dez últimos anos, a Comissão Europeia financiou mais de 450 projectos e programas num montante superior a 3 mil milhões de euros. Com base na experiência adquirida, a presente Comunicação define os objectivos que devem nortear a estratégia da Comissão para a região nos próximos anos.

A Comunicação aborda igualmente os desafios colocados às duas regiões pela crise económica e financeira mundial (em seguida designada «crise»), as alterações climáticas e outras questões que vieram preencher a agenda política das relações bi-regionais, entre os quais, no que diz respeito à América Latina, figura a migração.

Esta Comunicação coincide com a revisão intercalar dos documentos de estratégia regionais e por país da Comunidade Europeia para o período 2007-2013, constituindo assim uma oportunidade de adaptar os actuais instrumentos de cooperação às novas necessidades e circunstâncias.

A Comunicação representa igualmente uma contribuição construtiva para os preparativos da próxima Cimeira UE-ALC, que se deverá realizar na Primavera de 2010, em Espanha. Procura criar sinergias com outros diálogos políticos institucionalizados nos quais a UE ou os seus Estados Membros participam (nomeadamente, as reuniões ministeriais UE-Grupo do Rio e as cimeiras ibero-americanas), o que deverá contribuir para o reforço da aliança entre a União Europeia e a América Latina.

2. PARCEIROS ESTRATÉGICOS, PROTAGONISTAS GLOBAIS: REALIZAÇÕES E NOVOS DESAFIOS

2.1. Realizações

Na sua Comunicação de 2005 «Uma parceria reforçada entre a União Europeia e a América Latina», a Comissão procurou reforçar o diálogo político e estratégico bi-regional em diversos domínios importantes. Os seus principais objectivos – que continuam a ser as prioridades estratégicas actuais da UE – são os seguintes: promover a integração regional e a negociações de Acordos de Associação com as sub-regiões da América Latina; orientar a cooperação para o desenvolvimento para a redução da pobreza e das desigualdades sociais e melhorar os níveis de ensino.

---

[1] O Processo da Cimeira UE-ALC abrange igualmente os países das Caraíbas que são Partes Contratantes no Acordo de Cotonu. A presente Comunicação centra-se nas relações UE-América Latina.

[2] COM (2005) 636 de 8.12.2005.

Os principais resultados da parceria bi-regional podem ser resumidos da seguinte forma:

- Melhoria da coordenação sobre as questões estratégicas e os diálogos político e sectoriais

O processo da Cimeira UE-ALC é fundamental para a execução da Parceria Estratégica. Facilita o diálogo ao mais alto nível, sublinha o carácter especial da relação e promove a agenda bi-regional. A última cimeira, que se realizou em Lima em 2008, constituiu uma oportunidade para discutir posições sobre questões estratégicas com um lugar de destaque na agenda bi-regional e internacional, como a pobreza e as alterações climáticas. Observa se a mesma tendência noutras reuniões de alto nível entre as duas regiões, como a reunião ministerial UE-Grupo do Rio, que se realizou em Praga (Maio de 2009), subordinada aos temas da crise económica e financeira, da energia renovável e da segurança energética.

Nos últimos anos, intensificaram-se os diálogos bi-regionais de alto nível sobre políticas sectoriais, nomeadamente sobre questões relacionadas com o desenvolvimento sustentável, a droga e a migração. Com vista a preparar a Cimeira de Lima, a Comissão organizou a primeira reunião ministerial UE-ALC sobre o ambiente (Bruxelas, Março de 2008). A luta contra as alterações climáticas é um tema cada vez mais importante nas relações bi-regionais, tendo sido um dos principais temas abordados na Cimeira de Lima. A cimeira conduziu ao lançamento do programa EUrocLIMA, uma iniciativa conjunta da UE e da América Latina com o objectivo de promover a cooperação bi-regional na luta contra as alterações climáticas, no intuito de reduzir o seu impacto e a atenuar os efeitos nefastos. A Cimeira de Lima apelou igualmente à prossecução de um diálogo estruturado e global sobre a migração, diálogo esse que foi lançado em 30 de Junho de 2009 e abordará as questões relacionadas com a imigração legal e ilegal, bem como a migração e o desenvolvimento. Também ao nível sub-regional e bilateral, os diálogos sectoriais constituem uma prática cada vez mais corrente, nomeadamente em matéria de droga, direitos humanos, educação, cultura, ciência e tecnologia.

Por outro lado, o aprofundamento da cooperação entre a América Latina e as Caraíbas representa um dos elementos fundamentais da parceria estratégica UE-ALC. Diversas declarações proferidas durante as cimeiras apelaram ao reforço das relações entre a UE e as Caraíbas. Estas duas sub-regiões já estão associadas no âmbito de diversos tratados e acordos. A Associação dos Estados das Caraíbas (AEC), da qual a Comissão é membro observador desde a Primavera de 2009, possibilita igualmente a cooperação entre todos os países da região do mar das Caraíbas.

Cimeiras	**Principais resultados relativos à América Latina**
1. Rio de Janeiro 1999	Lançamento da Parceria Estratégica entre a UE e a ALC; abertura das negociações UE-MERCOSUL.
2. Madrid 2002	Anúncio do Acordo de Associação (AA) UE Chile; lançamento do programa ALBAN; lançamento do conceito de espaço único UE ALC do ensino superior e do conhecimento.
3. Guadalajara 2004	Lançamento do programa EUROsociAL.
4. Viena 2006	Abertura das negociações UE-América Central com vista a um AA; lançamento das negociações sobre um AA entre a UE e a CAN; criação de EuroLAT.

5. Lima 2008	Lançamento do programa EUrocLIMA; conceito de uma fundação UE-ALC; decisão de iniciar um diálogo estruturado e global sobre a migração.

- Promoção da coesão social

Os países das América Latina têm um papel cada vez mais importante na definição de novas formas de governação económica e social à escala internacional e melhoraram bastante as suas políticas sociais nos últimos anos. Apesar disso, as desigualdades e a exclusão social continuam a constituir temas prementes na região. Por conseguinte, a promoção da coesão social representa um objectivo fundamental da Parceria Estratégica desde o seu lançamento na Cimeira de Guadalajara. Os benefícios mútuos de um diálogo bi-regional sobre questões como a aquisição de competências para satisfazer as necessidades do mercado, o trabalho dos jovens, a extensão da protecção social e o trabalho digno são indiscutíveis.

Muito foi já feito para promover a coesão social na região. No seguimento da Cimeira UE ALC de Viena, em 2006, foi lançado o primeiro Fórum UE-ALC sobre Coesão Social em 2007. Uma parte substancial dos fundos disponíveis para a cooperação da CE com a América Latina foi atribuída ao reforço da coesão social. O diálogo e a cooperação entre as autoridades governamentais, as instituições internacionais e a sociedade civil foram igualmente intensificados no âmbito dos programas EUROsociAL e URB-AL.

A Comissão tem cooperado de forma muito eficaz com organizações como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Comissão Económica para a América Latina e as Caraíbas (ECLAC), o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Esta cooperação contribuiu grandemente para as actividades conceptuais e operacionais de instituições internacionais e para os planos de desenvolvimento na região, promovendo a convergência de pontos de vista e abordagens em matéria de coesão social.

Foram lançados diálogos bi-regionais sobre políticas orçamentais, os quais deverão promover uma melhor redistribuição dos rendimentos e da riqueza. Desde 2008, realizaram-se dois Fóruns UE-ALC de alto nível sobre as políticas orçamentais, que proporcionaram uma plataforma para a troca de experiências e demonstraram o impacto concreto da cooperação da Comissão neste domínio. A título de exemplo, a reforma do sistema fiscal realizada pelo Uruguai em 2007 com a ajuda da Comissão resultou num aumento das receitas que, por seu turno, permitiu um reforço substancial das despesas sociais.

- Reforço das relações com os parceiros da região

A parceria bi-regional está a ser reforçada de duas formas: intensificando as relações com as sub-regiões e com cada um dos países.

O incentivo da integração regional continua a ser uma prioridade fundamental das relações da União Europeia com a América Latina e as Caraíbas, tal como demonstrado em especial nas negociações de Acordos de Associação sub-regionais. As negociações com a América Central progrediram de forma satisfatória até a ocorrência de uma crise política nas Honduras. Espera se, porém, retomar essas negociações assim que a situação se estabilize.

Quando surgiram dificuldades nas negociações, a União apresentou abordagens alternativas para apoiar os países e as regiões em questão. No caso da Comunidade Andina (CAN), a tentativa de concluir um acordo de associação inter-regional não foi bem sucedida. Contudo, a pedido de alguns países andinos, a UE concedeu-lhes a oportunidade de concluir um acordo comercial com uma perspectiva regional, bem como de alargar o acordo de cooperação política de 2003.

Após a suspensão das negociações com o MERCOSUL em 2004, registaram-se progressos a nível do diálogo político e da cooperação, o que contribuiu para o alargamento da agenda política. A UE continua a atribuir uma elevada prioridade ao relançamento das negociações o mais rapidamente possível, igualmente em sectores onde foram identificados problemas, e tem vindo a explorar formas práticas de reforçar o apoio à integração e à interconexão na região.

Simultaneamente, a UE tem vindo a estreitar os laços com cada um dos países da América Latina e das Caraíbas. A conclusão de acordos globais com o Chile e o México reforçou consideravelmente as relações bilaterais, consolidou os laços políticos, económicos e comerciais e criou as condições para a cooperação numa vasta gama de domínios. A UE e o Chile estão a trabalhar na elaboração de uma «Associação para o desenvolvimento e a inovação». Foram criadas parcerias estratégicas com o Brasil e o México, que estão a ser concretizadas através de planos de acção ambiciosos e de um diálogo reforçado. Os trabalhos com vista a estabelecer um diálogo político de alto nível com a Argentina avançaram igualmente.

Após anos de estagnação nas relações, foi lançado um diálogo político de alto nível e restabelecida a cooperação para o desenvolvimento com Cuba, o que poderá permitir, a prazo, criar as condições para um quadro contratual para as relações UE-Cuba.

A natureza rica e dinâmica do diálogo parlamentar ficou patente desde a criação da EuroLat (Assembleia Parlamentar Euro-Latino-Americana) na Cimeira de Viena. Realizaram-se também diálogos regulares com as organizações da sociedade civil para garantir que estas participam na Parceria e especificamente nas negociações de Acordos de Associação.

2.2. Novos desafios

Desde 2005, verificaram-se alterações no contexto em que se insere a Parceria, que se tornou mais complexo e surgiram novos desafios globais que devem ser abordados.

Ambas as regiões sofreram as graves consequências da volatilidade dos preços dos produtos alimentares e dos produtos de base, situação que foi agravada pela crise económica e financeira. Contudo, graças à reforma económica e ao crescimento contínuo dos últimos anos, a América Latina está agora em melhores condições para fazer face a esta crise do que aquando de choques externos anteriores. Apesar disso, a crise também afectou o nível do investimento directo estrangeiro e das remessas para a região, paralelamente à diminuição das exportações. É essencial inverter esta tendência para restaurar a confiança económica e ultrapassar a situação actual, sem contudo adoptar medidas proteccionistas. As consequências sociais da crise também são significativas, sobretudo para os membros mais vulneráveis da sociedade, e dificultarão a promoção da coesão social em muitos países.

O impacto negativo das alterações climáticas já se faz sentir na América Latina e poderá tornar se ainda mais grave na próxima década, o que pode comprometer seriamente as perspectivas de desenvolvimento sustentável. A rica biodiversidade e a produtividade agrícola da América Latina correm um grave risco. Simultaneamente, muitos países latino-americanos são parceiros muito importantes nas negociações sobre o clima a nível internacional e estão bem colocados para promover soluções de desenvolvimento de baixo carbono, incluindo a eficiência energética e as energias renováveis a nível nacional. No que se refere à questão da atenuação, o combate à desflorestação assume uma grande importância na região, devendo por conseguinte ser-lhe dada a devida prioridade no nosso diálogo e cooperação. Por esses motivos, a cooperação com a América Latina em matéria de adaptação às alterações climáticas e atenuação dos seus efeitos, de ciência e tecnologia (C&T) e de redução dos risco de catástrofes será de grande importância.

Mais recentemente, a luta contra a criminalidade veio acrescentar-se à grande preocupação da região de luta contra a pobreza. As drogas ilícitas, o tráfico de seres humanos, o crime organizado e a violência aumentam e desestabilizam a estabilidade, a segurança, a governação e o desenvolvimento dos países e regiões afectados. Uma das principais preocupações neste contexto é igualmente a cooperação entre todos os países que se situam nas principais rotas do tráfico.

A migração coloca outro desafio mas oferece igualmente oportunidades à Parceria uma vez que pode trazer vantagens económicas, sociais e culturais, tanto aos países de origem como aos de destino. Para isso, a migração deve ser devidamente gerida de forma a beneficiar todos os países e os próprios migrantes, no pleno respeito dos direitos humanos. Por conseguinte, o diálogo bi-regional estruturado e global lançado em Junho de 2009 assume uma grande importância, sobretudo tendo em conta o aumento dos fluxos migratórios da ALC para a UE. O diálogo proporcionará uma plataforma para o intercâmbio de pontos de vista e para chegar a um entendimento mútuo das realidades, desafios e necessidades de cada um. Para alcançar esse objectivo, o diálogo abordará todos os aspectos da migração de forma aberta, equilibrada e construtiva, devendo as Partes assumir as suas responsabilidades respectivas na gestão dos fluxos migratórios.

O reforço do multilateralismo efectivo representa simultaneamente um empenhamento conjunto e um desafio para a parceria. É necessário envidar mais esforços para explorar o peso comum da UE e da América Latina, com vista a abordar as diversas questões mundiais em relação às quais as políticas convergem. Estas duas regiões, que representam cerca de um terço dos membros da ONU e do G20, devem ter um impacto mais significativo na cena internacional.

3. PERSPECTIVAS: NOVAS ESTRATÉGIAS, NOVAS RESPOSTAS

3.1. Intensificar o diálogo bi-regional

- O potencial do capital político das cimeiras ainda não foi totalmente explorado, o que se pode conseguir se as cimeiras forem mais orientadas para os resultados. Por conseguinte, o diálogo deverá centrar-se nos objectivos operacionais e nos meios para alcançá-los. As cimeiras deverão concentrar-se num número reduzido de iniciativas concretas, que constituirão o principal instrumento de planificação da cooperação bi-regional.
- O reforço do diálogo e da coordenação com outros processos regionais tais como as Cimeiras Ibero-Americanas, a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), a Organização dos Estados Americanos (OEA), etc., deve ser considerado.
- O diálogo e a coordenação estratégica devem ser intensificados num grupo de sectores fundamentais estreitamente relacionados com os desafios mundiais, incluindo a migração.
- O diálogo deve ser abrangente, envolvendo a sociedade civil, intervenientes não estatais, instituições culturais e financeiras, etc. Este objectivo pode ser alcançado com o apoio da Fundação UE-ALC.

Propostas:

– Intensificar o diálogo bi-regional macroeconómico e financeiro.

Reforçar a convergência das posições no intuito de fazer face aos desafios colocados pela crise de forma mais eficaz, promover o comércio mundial e o investimento, rejeitar o

proteccionismo e colaborar em questões de regulação e de supervisão e reforma das instituições financeiras internacionais coerentes com o programa de reforma do G-20.

– Intensificar o diálogo sobre ambiente, alterações climáticas, redução do risco de catástrofes e energia.

O diálogo deve prosseguir no quadro da ONU e de outras instâncias para incentivar o consenso e facilitar a conclusão e o acompanhamento de acordos internacionais, incluindo o acordo sobre alterações climáticas assinado em Copenhaga em Dezembro de 2009.

– Intensificar o diálogo sobre ciência, investigação, ensino superior, tecnologia e inovação.

No intuito de preparar a Cimeira de Espanha em 2010, deverá ser organizado um diálogo sobre as C&T em relação a questões relacionadas com o conhecimento e a inovação a fim de progredir no sentido da criação de um espaço do conhecimento UE-ALC[3]. O recente formado Fórum Estratégico da UE para a Cooperação Internacional (SFIC)[4] UE-ALC sobre a sociedade da informação em 2010 analisará a cooperação em curso no domínio das tecnologias da informação e da comunicação (TIC).

– Intensificar o diálogo sobre emprego e assuntos sociais.

O diálogo político bi-regional deverá contribuir para fazer avançar o programa relativo ao trabalho digno, incluindo o debate mundial em curso sobre o emprego e a dimensão social da recuperação da crise e o crescimento sustentável, bem como para tratar questões fundamentais da política de emprego, nomeadamente a adaptação das aptidões às necessidades do mercado de trabalho, o emprego dos jovens e o aumento da protecção social.

– Intensificar o diálogo sobre a migração.

A migração deve ser gerida em pleno benefício dos países de origem e de destino e dos próprios migrantes. O diálogo sobre a migração deverá constituir uma plataforma para o intercâmbio regular de pontos de vista, com o objectivo de aumentar o entendimento mútuo das realidades, desafios e necessidades de ambas as regiões.

Recomendações

- Reforçar o diálogo político conferindo às cimeiras um carácter mais centrado na acção.
- Garantir a coerência entre as agendas das cimeiras e das reuniões ministeriais.
- Em primeiro lugar, intensificar o diálogo político sobre domínios prioritários relacionados com os desafios globais, tais como as questões macroeconómicas e financeiras, a segurança e os direitos humanos, o emprego e os assuntos sociais, o ambiente, as alterações climáticas e a energia, o ensino superior e a tecnologia/inovação.
- Desenvolver e reforçar o mecanismo de coordenação e de cooperação UE-ALC em matéria de droga e prosseguir o diálogo estruturado e abrangente sobre a migração num espírito aberto e construtivo, em conformidade com a abordagem da UE relativa à questão da migração.
- Para além do empenhamento no diálogo político, adoptar uma abordagem operacional ascendente mediante o reforço da interconexão e da cooperação no âmbito do conhecimento e da inovação.

---

[3] «Inovação e Conhecimento» é igualmente o tema principal da Cimeira Ibero-Americana (Portugal, Novembro de 2009).

[4] O Fórum foi criado pelo 2891.º Conselho sobre a Competitividade em Dezembro de 2008.

3.2. Reforçar a integração regional e a interconexão

- A UE deve reiterar o seu empenho na integração regional na América Latina mediante a prossecução das negociações em curso e o apoio aos esforços de integração na região, incluindo novas formações institucionais, como, por exemplo, a UNASUL.
- A fim de estimular a integração regional e torná-la um instrumento eficaz de promoção do desenvolvimento sustentável e do crescimento, há que prosseguir o apoio ao desenvolvimento de infra-estruturas sustentáveis. Deve ser dada especial ênfase à interconexão, o que implica a concepção de iniciativas e projectos conjuntos com a participação do sector público, do sector privado e das instituições financeiras.
- Com esse objectivo, a Comissão criará a Facilidade de Investimento para a América Latina (FIAL). Esta iniciativa, que deverá inspirar-se na Facilidade de Investimento no quadro da Política de Vizinhança (FIV)[5], congregará as subvenções da Comunidade e possíveis subvenções adicionais dos Estados-Membros. O montante consagrado das dotações existentes do orçamento comunitário será de 100 milhões de euros para o período até 2013. As subvenções FIAL terão o efeito de mobilizar recursos de instituições financeiras para financiar projectos de investimento, nomeadamente em três domínios:

  i. interconexão e infra-estrutura, em especial eficiência energética e sistemas de energia renovável, transporte sustentável e redes de comunicação;

  ii. sectores social e ambiental, incluindo a atenuação dos efeitos e a adaptação às alterações climáticas;

  iii. contribuição para o crescimento do sector privado (sobretudo das PME).

Por conseguinte, a FIAL não só dará uma resposta à crise como também incentivará o desenvolvimento a longo prazo mediante um apoio ao investimento sustentável na região.

Recomendações

- Prosseguir as negociações de Acordos de Associação e apoiar os esforços de integração na região.
- Adoptar uma abordagem ascendente para apoiar a integração regional mediante o reforço da interconexão. Lançar a Facilidade de Investimento para a América Latina (FIAL).

3.3. Reforçar as relações bilaterais: tomar em maior consideração a diversidade

A Comissão considera que é necessário desenvolver uma relação mais aprofundada e um diálogo mais estruturado e intenso, que proporcione um valor acrescentado, com cada um dos países da região. Para esse efeito, há que intensificar o diálogo bilateral e a cooperação em domínios de interesse comum, tais como a energia, os transportes, a investigação, a ciência e a tecnologia, bem como a boa governação em matéria fiscal, em que a relação pode ser reforçada. Isto significa que as relações devem ser adaptadas a cada caso particular de forma a obter o maior proveito mútuo possível. Esta abordagem complementa e apoia os esforços para alcançar uma maior integração regional.

Recomendações

[5] Um mecanismo financeiro inovador com o objectivo de mobilizar fundos adicionais para cobrir as necessidades de investimento em infra-estruturas dos países vizinhos da UE em sectores como os transportes, a energia, o ambiente e as questões sociais. A Facilidade apoia igualmente o sector privado, por exemplo mediante operações de capital de risco destinadas às Pequenas e Médias Empresas (PME).

- Tirar pleno partido das Parcerias Estratégicas existentes (Brasil e México), dos Acordos de Associação celebrados (Chile e México) e dos acordos de cooperação bilateral.
- No que diz especificamente respeito ao comércio, completar as negociações para aplicar as cláusulas evolutivas nos acordos existentes com o Chile e o México.
- Reforçar as relações bilaterais com os diversos países no sentido de complementar o apoio da UE aos agrupamentos regionais.

3.4. Ajustar e adaptar os programas de cooperação

- O objectivo geral da cooperação para o desenvolvimento da UE consiste em erradicar a pobreza e em incentivar o desenvolvimento económico e social sustentável, incluindo a concretização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). Este objectivo aplica-se tanto aos países da América Latina como aos países em desenvolvimento. No entanto, o objectivo deve ser adaptado à região, dado que esta inclui igualmente alguns países de economia emergente e países de rendimento médio superior.
- As vantagens de diversificar significativamente os instrumentos e os objectivos da cooperação da CE devem ser exploradas. A UE deve concentrar os recursos financeiros nos países mais pobres e simultaneamente procurar novas formas de cooperação com os países com níveis mais elevados de desenvolvimento. Em relação a todos os países, isto pode implicar que seja dada uma maior ênfase à cooperação em domínios como as alterações climáticas (atenuação dos efeitos e adaptação), ensino superior, multilinguismo, investigação, ciência e tecnologia, incluindo a eficiência energética e as energias renováveis, no intuito de complementar os esforços conjuntos. O Instrumento para os Países Industrializados (ICI+)[6], para os quais os países da América Latina serão elegíveis, deverá facilitar esta abordagem.
- A UE deverá prosseguir a cooperação em matéria de coesão social, em particular mediante um programa EuroSociAL renovado. Deverá ser dado maior relevo ao apoio às redes de segurança social e a outras acções com resultados concretos a curto prazo e, por conseguinte, com um efeito contra-cíclico. A Comissão deve analisar a possibilidade de conceder mais oportunidades às parcerias institucionais no contexto dos diálogos sectoriais em curso (geminação)[7], o que deverá incentivar a transferência de *know-how* e reforçar o intercâmbio de experiências e de boas práticas entre as autoridades.
- Dado que uma série de países da região instauraram uma cooperação com países mais pobres, as oportunidades de cooperação sul-sul e triangular devem ser exploradas. A UE deve iniciar uma cooperação triangular com parceiros da América Latina e de outras regiões com o objectivo de unir esforços no intuito de ajudar a alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e de fazer face às ameaças transregionais.

Recomendações

- Elaborar programas de cooperação com a América Latina a fim de gerar um crescimento sustentável com baixos níveis de emissão de carbono, incentivar o emprego e uma melhor distribuição dos rendimentos e atenuar os efeitos da crise.
- Aproveitar a revisão intercalar para explorar as possibilidades de uma maior diversificação dos instrumentos e adaptar o trabalho de cooperação da Comissão a diferentes necessidades, designadamente:

---

[6] Um Instrumento Financeiro revisto para a Cooperação com os Países Industrializados (proposto pela Comissão Europeia), que permita financiar as actividades que não se enquadram na ajuda pública ao desenvolvimento (não-ADP) para os países em desenvolvimento.

[7] A geminação é um projecto conjunto entre parceiros na cooperação empenhados em alcançar resultados operacionais concretos.

- continuar a canalizar os recursos financeiros no âmbito do ICD (Instrumento de Cooperação para o Desenvolvimento) para os países mais pobres e para as necessidades dos grupos mais vulneráveis;
- reforçar a cooperação, sobretudo nos domínios da coesão social e da integração regional, centrando os programas nas novas necessidades e garantindo a obtenção de resultados mais concretos;
- procurar reforçar a cooperação em domínios relacionados com o conhecimento e a inovação tais como investigação/ensino superior, ciência, tecnologia e energias renováveis;
- integrar as considerações em matéria de alterações climáticas, portanto no que diz respeito à atenuação dos seus efeitos como à adaptação, nos nossos programas de desenvolvimento e de cooperação, incluindo em matéria de combate à desflorestação;
- desenvolver novas formas de cooperação no quadro do IPI+.

- No âmbito de um programa EUROsociAL renovado, explorar oportunidades de parcerias institucionais e de cooperação triangular.
- Reforçar a cooperação no âmbito da justiça, liberdade e segurança.

4. PRÓXIMA CIMEIRA UE-ALC EM MAIO DE 2010

A Cimeira UE-ALC em Espanha constituirá um passo em frente na Parceria Estratégica renovada entre ambas as regiões e centrar-se-á na inovação e na tecnologia como motores do desenvolvimento sustentável e da inclusão social. Permitirá avaliar os progressos alcançados na concretização dos compromissos assumidos na cimeira precedente, como a criação da Fundação UE-ALC, destinada a estimular o debate sobre estratégias comuns, e as medidas destinadas a reforçar a parceria bi-regional e a aumentar a sua visibilidade, bem como o reforço do Espaço do Conhecimento UE-ALC.

Recomendações

- Garantir que a Cimeira tem em consideração o impacto da crise, sobretudo em matéria de emprego e política social, e que atinge resultados viáveis.
- Lançar a Facilidade de Investimento para a América Latina (FIAL).
- Intensificar o diálogo e a cooperação entre ambas as regiões no âmbito da inovação e tecnologias ecológicas de baixo carbono mediante acções concretas, nomeadamente a melhoria das capacidades institucionais em matéria de cooperação C&T na região.
- Definir a criação da Fundação UE-ALC.
- Assinalar a cooperação em questões de interesse comum entre a América Latina e as Caraíbas.

5. CONCLUSÕES

Nos últimos dez anos, a UE e a América Latina comprometeram-se a consolidar as relações no quadro da Parceria Estratégica UE-ALC. A presente Comunicação define uma série de recomendações cuja execução dependerá de todas as Partes envolvidas. A Comissão solicita ao Conselho e ao Parlamento Europeu que examinem estas recomendações, sobretudo no

âmbito da preparação da próxima Cimeira UE-ALC em Espanha (Maio de 2010). A Comissão sugere a discussão da Comunicação com os nossos parceiros latino-americanos enquanto meio para estimular um debate sobre formas de reforçar a aliança entre a UE e a América Latina.